

PAULO FREIRE E O PROBLEMA DA LIBERTAÇÃO EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO

Alisson Juan Marcondes dos Santos¹¹⁵

Introdução e justificativa da pesquisa

Essa apresentação pretende compartilhar reflexões advindas da pesquisa de mestrado que realizei sobre o pensamento de Paulo Freire. Nesse sentido, o percurso em que analiso algumas obras contém o questionamento sobre como o educador compreende e responde à problemática da libertação, considerando o processo de modernização que estava em marcha já nos anos de 1950, representado ambigualmente como solução, quando visto pelo prisma desenvolvimentista, mas como perigo inevitável, quando considerado o aspecto desumanizante do avanço capitalista nos países subdesenvolvidos.

Para isso, uso como base teórica a tese *Educação e atualidade brasileira* de 1959, o livro *Educação como prática de liberdade* e o já citado *Pedagogia do Oprimido*. Assim, trago aproximações com textos secundários que, ora auxiliam a análise da conjuntura, ora dialogam com as produções populares que se encontravam em ebulição. Logo, o objetivo dessa comunicação é refletir sobre algumas análises desse percurso teórico problematizando a modernização em solo brasileiro. Desse modo, usamos como método o levantamento bibliográfico das obras já citadas e a análise qualitativa em relação aos demais textos utilizados para compreender a conjuntura, o solo teórico e prático que sustentavam o aparecimento da filosofia freiriana.

Por fim, a contribuição desse trabalho se constitui no questionamento e na análise do pensamento de Freire em relação ao processo de modernização que é econômico, político e cultural e que, nos países latino-americanos, em particular no Brasil, apresenta desdobramentos graves em relação àqueles que o educador nomeia de oprimidos, ao passo que, também abre portas para uma criatividade, uma potência, que dialoga um quefazer contrário a estrutura de opressão, de desumanização e de ‘absolutização da ignorância’.

Resultados e Discussão

O Brasil desde a década de 1930, como nos explica Vanilda Paiva¹¹⁶, passava por um processo de mudança na infraestrutura, em que nos anos de 1950, mais

¹¹⁵ Discente mestrando do Programa de Pós-Graduação da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). e-mail: alisson.marcondes@unifesp.br

¹¹⁶ Paiva, Vanilda Pereira. Do “problema nacional” às classes sociais: considerações sobre a Pedagogia do Oprimido e a educação do Colonizador. *Educação & Sociedade*, Campinas, 1979, v. 1, n. 3, p. 8.

intensamente, aparecia uma sensação de surto industrializante em escala nacional, o que modificava não apenas a economia, mas também, as formas de relações sociais e os desafios que precisavam ser enfrentados em amplo cenário no país.

Paulo Freire, em *Educação e atualidade brasileira*¹¹⁷, problematizava a questão econômica afirmando uma ‘antinomia fundamental’, constituída pela ‘inexperiência democrática’ e a ‘emersão popular’ do povo à vida pública. Em relação ao primeiro termo, ele constrói uma retrospectiva e atualização da história do país, considerando a escravização, a colonização e a dispersão de terras como forja das relações sociais, resultando na presença da verbosidade, da verticalidade e do assistencialismo, o que enraizava no cotidiano do povo uma reação de mutismo, de acomodação e ajustamento ao silêncio e a passividade quanto à ingerência de suas próprias vidas.

Do outro lado da antinomia, ele atribuía ao desenvolvimento econômico e ao crescimento do mercado interno, o sentido legítimo de povo, em relação à participação social que promoveria sua responsabilidade e sua atuação dialógica, não mais marcada pelo mutismo, mas por um processo de democratização. Contudo, junto a esse desenvolvimento, Freire já identificava a inevitabilidade de suprimir o problema da massificação, da indústria e da sociedade de massa, além da vida para o consumo.

A alternativa que o pedagogo nos oferece, naquele primeiro momento, está interpenetrada pelas influências do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que se comunicava com tendências políticas e intelectuais do momento. Assim, ele afirmava que era preciso uma ‘ideologia do desenvolvimento’, produzida e realizada a partir de um projeto nacional, em que sua elaboração devesse se dar organicamente, portanto, em conjunto *com* o povo e não mais *para* ele. Contudo, aparece nesse argumento uma ambiguidade: de um lado há uma diretividade metodológica no sentido orgânico que preza por valores democráticos e dialógicos, do outro, e talvez as críticas de Caio Navarro¹¹⁸ ao ISEB também pudessem ser somadas ao caso de Freire, que é uma espécie de dirigismo ideológico que acaba por desconsiderar o ‘desenvolvimento’, como desenvolvimento capitalista.

A resposta nacional desenvolvimentista à ‘antinomia fundamental’ parece ter problemas, que não eram exclusivos da tese de 1959 nem do ISEB. O que é interessante nessa discussão é localizar o lugar do Brasil no capitalismo global. A penetração do

¹¹⁷ Freire, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959, p.24.

¹¹⁸ Toledo, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo, Editora Ática, 1977, p.121.

capital monopolista estrangeiro gerava a dependência dos países subdesenvolvidos dos países centrais. Celso Furtado¹¹⁹ explicava que nos países de capitalismo tardio, quanto mais tarde chega a industrialização, que parece remédio da ‘condição atrasada’, maior o custo do financiamento da modernização desses países. Esse custo, além de financeiro, também se desdobra em dependência tecnológica, característica do mundo moderno que tem implicações profundas na cultura e na política dos países periféricos.

Nessa conjuntura se fortalecia uma leitura dualista da realidade brasileira, em que de um lado haveria um esforço moderno progressista e do outro um ‘estrangulamento’ arcaico conservador. Aquele vinculado ao urbano industrial e este ao latifúndio no campo¹²⁰. Na *Educação como prática de liberdade* Freire¹²¹ entendia que a sociedade brasileira estava ‘partejada’, entre um ontem ‘sem povo’, dominado e minimizado pela elite, e a opção de um amanhã, de uma ‘sociedade parcialmente independente’ ou que se ‘descolonizasse cada vez mais’.

Neste momento, o que organiza a resposta do professor ao problema da realidade brasileira não parece mais o dirigismo da ideologia do desenvolvimento isebiana, mas sua metodologia, sua prática e ética em estar *com* o povo. Daí o ‘círculo de cultura’ como forma de problematização das questões concretas. Forma essa que, segundo Freire¹²², exigia conscientização para se alfabetizar, e não o contrário. Era preciso decisão, opção e escolha do povo para responsabilizar-se social e politicamente, como reconhecimento e participação ativa nos avanços da democracia.

Metodologia essa que foi sistematizada em 1967 em razão, também, do exílio de Paulo Freire após o golpe de 1964. A teoria estava refletindo a prática, as experiências do pedagogo e sua imersão no diálogo com as pessoas nos ‘círculos de cultura’¹²³. Mas com o cenário político, como recuo daquela sociedade arcaica e conservadora, registrava novamente o impasse autoritário que constituía a experiência popular no Brasil, em que,

¹¹⁹ Furtado, Celso. *A fantasia organiza*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, p.79.

¹²⁰ Paiva, Vanilda. 1979, p.8.

¹²¹ Freire, Paulo. *Educação como prática de Liberdade*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967, p.35.

¹²² *Ibid.*, p.92

¹²³ *Ibid.*, p.3

o momento de sua emergência radical, como aponta Roberto Schwarz¹²⁴, foi imediata e intensamente suprimida pelos mecanismos da ditadura.

A situação concreta de opressão mais uma vez ganhava robustez e minhuava o breve intento de revolução social no país. O regime cívico militar apontava para um processo de modernização conservadora, aliado ao capital imperialista e uma política do silenciamento. Paulo Freire entendia que a contradição oprimido-opressor enfrentava diversos entraves para sua superação. A sectarização despontava como concepção da realidade e por ser antidialógica, mítica e acrítica, ela rapidamente mergulhava o povo em uma consciência mágica, acomodada, ajustada à estrutura de opressão.

Essa concepção sectária, portanto, bancária e fazedora de depósitos, segundo Freire¹²⁵, passava a utilizar de recursos científicos e tecnológicos para fortalecer a dominação e a manipulação das pessoas. Um dos instrumentos de manutenção da estrutura opressora é a ‘absolutização da ignorância’ do povo, mas diferente de antes, que se organiza esse argumento através do mutismo que resultava da pobreza e da miséria, essa ‘absolutização da ignorância’ toma recursos modernos como forma de enrijecer e mitificar a consciência dos oprimidos, impondo a eles prescrições e finalidades as quais eles próprios não podem nem refletir nem buscar suas formas de existir.

Com isso, Freire faz uma citação dos mecanismos de controle social que Hebert Marcuse apontada na questão do homem unidimensional. Contudo, diferente de Marcuse, Paulo Freire vivendo em um país subdesenvolvido ao lado dos esfarrapados e dos condenados da terra, dos famintos, dos analfabetos e dos marginalizados, busca uma resposta, uma pedagogia do oprimido em que intente a superação da condição opressora, pois encontra como exigência radical para “se fazer práxis, enquanto ação e reflexão transformadora, é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também”, portanto, que negamos radicalmente a ‘absolutização da ignorância’, o que significa sair das relações bancárias que são unilaterais, verticais e silenciadoras, ao passo que se deve entrar nas práticas dialógicas, no compromisso com um quefazer problematizador e humanizador.

¹²⁴ Schwarz, Roberto. Cultura e política. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.65.

¹²⁵ Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968, p.81.

Por fim, posso apontar que Freire afirma não haver ingenuidade nessas afirmações. Sabe-se que a estrutura opressora e a concepção bancária forçam a prática antidialógica, impedem a ocorrência da comunicação. Portanto, dialogar sobre a negação do diálogo é fundamental para uma práxis que busca um quefazer transformador da situação concreta, para isso, novamente, não se pode partir do princípio que o outro nada sabe, que está imerso numa profunda ignorância, e que nada teria a agregar. Mas, pelo contrário, enfrentar a desumanização no processo modernizante, implica em buscar práticas e reflexões humanizadoras. E este é o objetivo da minha pesquisa de mestrado.

Considerações Finais

As reflexões desenvolvidas ao longo desta apresentação evidenciam a complexidade da relação entre modernização e opressão no contexto brasileiro, bem como os desafios enfrentados pelo pensamento de Paulo Freire na tentativa de construir uma educação libertadora. A partir da análise percebemos que a concepção freiriana está profundamente atrelada às condições históricas e sociais do Brasil e da América Latina, em um período de ‘industrialização’ imbricada à dependência econômica.

Sua abordagem dialógica apontava para uma práxis educativa transformadora, que não apenas alfabetizava, mas comprometia-se com a conscientização. Partia da negação radical da ‘absolutização da ignorância’ como condição para um quefazer autenticamente interessado pela mudança da situação opressora. Apesar de reconhecer a força da dominação que busca silenciar ou esvaziar as palavras, o pedagogo afirma a exigência fundamental de dialogar sobre a negação do diálogo como crítica à superposição enrijecedora da sociedade.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

FURTADO, Celso. **A fantasia organiza**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. Do “problema nacional” às classes sociais: considerações sobre a Pedagogia do Oprimido e a educação do Colonizador. **Educação & Sociedade**, Campinas, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de ideologias**. São Paulo, Editora Ática, 1977.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.